

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

**Senhores Acionistas:**

Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras da S3 Caceis Brasil DTVM S.A. (S3 Caceis) relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2023, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

**Mercado de Atoação**

A S3 Caceis, atua na subscrição em consórcio com outras sociedades, nas emissões de títulos e valores mobiliários para revenda, compra e venda de títulos e valores mobiliários, por conta própria e de terceiros; administração de carteiras e de custódia de títulos e valores mobiliários e intermediação de oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado.

**Patrimônio Líquido e Resultado**

Em 30 de junho de 2023, o lucro líquido apresentado no acumulado do semestre foi de R\$68 milhões, correspondente a R\$39,20 por lote de mil ações e rentabilidade de 5,97% sobre o patrimônio líquido médio e retorno de 4,95% sobre os ativos totais médios. O patrimônio líquido atingiu o montante de R\$1.176 milhões.

**Ativos e Passivos**

Em 30 de junho de 2023, os ativos totais atingiram R\$1.421 milhões, destacando-se R\$884 milhões por Aplicações em Depósitos Interfinanceiros. O passivo total está representado substancialmente por Outros Passivos Financeiros no montante de R\$133 milhões e Passivos Fiscais no montante de R\$57 milhões.

**Evento Societário**

A partir de 01 de abril de 2023, a S3 Caceis Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A, deixou de fazer parte do conglomerado Santander.

**Auditoria Independente**

A política de atuação da S3 Caceis na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander.

A S3 Caceis informa que no exercício findo em 30 de junho de 2023, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria das demonstrações financeiras.

Ademais, a S3 Caceis confirma que a PricewaterhouseCoopers representa à Administração que dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor, acima mencionados.

São Paulo, 29 de agosto de 2023.

**O Conselho de Administração  
A Diretoria Executiva**

BALANÇO PATRIMONIAL						
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado						
	Nota	30/06/2023	31/12/2022	Nota	30/06/2023	31/12/2022
<b>Ativo Circulante e Não Circulante</b>		<b>1.420.830</b>	<b>1.335.003</b>		<b>244.533</b>	<b>227.036</b>
<b>Disponibilidades</b>	4	957	379		133.161	116.621
<b>Instrumentos Financeiros</b>		<b>885.469</b>	<b>765.698</b>		<b>54.352</b>	<b>50.548</b>
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	883.910	765.698		3.089	3.974
Títulos e Valores Mobiliários	6	1.559	-		-	-
<b>Outros Ativos</b>	8	<b>52.441</b>	<b>50.380</b>		<b>8.580</b>	<b>8.114</b>
<b>Ativos Fiscais</b>	7.a	<b>13.489</b>	<b>25.278</b>		<b>28.246</b>	<b>29.676</b>
Correntes		2.847	12.663		14.437	8.784
Diferidos		10.642	12.615		13.809	20.892
<b>Imobilizado de Uso</b>	9	<b>576</b>	<b>663</b>		<b>57.020</b>	<b>59.867</b>
Outras Imobilizações de Uso (Depreciações Acumuladas)		1.623	1.622		56.208	59.167
		(1.047)	(959)		812	700
<b>Intangível</b>	10	<b>467.898</b>	<b>492.605</b>		<b>1.176.297</b>	<b>1.107.967</b>
Ativo por Expectativa de Rentabilidade Futura		323.055	323.055		840.313	840.313
Outros Ativos Intangíveis (Amortizações Acumuladas)		648.501	637.946		335.687	267.481
		(523.658)	(468.398)		297	173
<b>Total do Ativo</b>		<b>1.420.830</b>	<b>1.335.003</b>		<b>1.176.297</b>	<b>1.107.967</b>
		<b>1.420.830</b>	<b>1.335.003</b>		<b>1.420.830</b>	<b>1.335.003</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado						
Saldos em 31 de dezembro de 2021	Nota	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
		Capital Social	Reserva Legal			
Plano de Benefícios a Funcionários		840.313	36.425	346	-	1.015.976
Lucro Líquido		-	-	(94)	-	(94)
Destinações:		-	-	-	60.531	60.531
Reserva Legal	14.c	-	3.027	-	(3.027)	-
Reserva para Equalização de Dividendos	14.c	-	-	28.752	(28.752)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	14.c	-	-	28.752	(28.752)	-
<b>Saldos em 30 junho de 2022</b>		<b>840.313</b>	<b>39.452</b>	<b>252</b>	<b>-</b>	<b>1.076.413</b>
<b>Mutações no Semestre</b>		<b>3.027</b>	<b>-</b>	<b>(94)</b>	<b>-</b>	<b>60.437</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>840.313</b>	<b>44.433</b>	<b>173</b>	<b>-</b>	<b>1.107.967</b>
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	124	-	124
Lucro Líquido		-	-	-	68.206	68.206
Destinações:		-	-	-	-	-
Reserva Legal	14.c	-	3.410	-	(3.410)	-
Reserva para Equalização de Dividendos	14.c	-	-	32.398	(32.398)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	14.c	-	-	32.398	(32.398)	-
<b>Saldos em 30 de junho de 2023</b>		<b>840.313</b>	<b>47.843</b>	<b>297</b>	<b>-</b>	<b>1.176.297</b>
<b>Mutações no Semestre</b>		<b>-</b>	<b>3.410</b>	<b>124</b>	<b>-</b>	<b>68.330</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS						
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado						

**1. Contexto Operacional**

A S3 Caceis Brasil DTVM S.A. (S3 Caceis), controlada pela S3 Caceis Brasil Participações S.A., tem por objeto, dentre outros: (i) subscrever, isoladamente ou em consórcio com outras sociedades autorizadas, emissões de títulos e valores mobiliários para revenda; (ii) comprar e vender títulos e valores mobiliários, por conta própria e de terceiros; (iii) encarregar-se da administração de carteiras e de custódia de títulos e valores mobiliários; e (iv) intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado. Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre elas e são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

**2. Apresentação das Demonstrações Financeiras**

**a) Apresentação das Demonstrações Financeiras**  
As demonstrações financeiras da S3 Caceis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Resolução CMN nº 4.966/2021, estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), harmonizando os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2025. Dentre as principais mudanças está a classificação de instrumentos financeiros, reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problemas de crédito. A Lei nº 14.467/2022 alterou o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das Instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. A principal alteração está na dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL. Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.

A adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, da Lei nº 14.467/2022 e de outros normativos que são correlacionados, inclusive a reformulação do elenco de contas do COSIF, estão contidas no Plano de Implementação do Banco Santander. O Plano de Implementação dos referidos normativos no Banco Santander está segregado em três pilares: (i) Organização e Governança; Fóruns e Comitês compostos por diversos níveis hierárquicos dedicados a definição e acompanhamento da implementação; (ii) Processos e Sistemas: Mapeamento dos impactos e implementação das mudanças nos processos e sistemas; e (iii) Modelos e Critérios: Revisão e atualização dos modelos e critérios utilizados nas estimativas contábeis.

O cronograma do Plano de Implementação está sendo faseado ao longo do período de 2023 até o final do exercício de 2024, sendo que ainda depende de normas acessórias a serem emitidas pelo BACEN para implementação total. Os impactos nas Demonstrações Financeiras serão divulgados de forma oportuna após a definição completa do arcabouço regulatório.

A Resolução CMN nº 4.975/2021, estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) - Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2025. A S3 Caceis está avaliando os impactos e alterações necessárias para atendimento desta norma. A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas (Nota 3.n).

O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o semestre findo em 30 de junho de 2023, na reunião realizada em 28 de agosto de 2023.

**b) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação**

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da S3 Caceis.

**3. Principais Políticas Contábeis**

**a) Caixa e Equivalentes de Caixa**

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

**b) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez**

São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados pro rata dia.

**c) Títulos e Valores Mobiliários**

A carteira de títulos e valores mobiliários é demonstrada, conforme Circular nº 3.068, pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:  
I - títulos para negociação;  
II - títulos disponíveis para venda; e  
III - títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados pro rata dia, ajustados ao valor de mercado (valor justo), computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

(1) da adequação conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e  
(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado (valor justo) realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período. Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados pro rata dia. As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.

**d) Rendas a Receber**

Refere-se às provisões para perdas de Rendas a Receber, são fundamentadas nas análises das operações em aberto, na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos da carteira e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões.

**e) Despesas Antecipadas**

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

**f) Imobilizado de Uso**

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

**g) Intangível**

O ágio na aquisição de direitos de uso de negócio é amortizado em 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de valor. Os ativos identificados decorrentes da aquisição de negócio, substancialmente, relacionamento com clientes, são amortizados pelos prazos estimados de vida útil (Nota 10).

Os gastos de aquisição de logiciais são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos (Nota 10).

**h) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias**  
A S3 Caceis é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões são reavaliadas ao final de cada período de reporte para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas, reduzidas ou podem ainda ser complementadas, quando há mudança de risco em relação às saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para as provisões cujo risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 13.d) e para as provisões cujo risco de perda é remota não é requerida a divulgação.

Os Ativos Contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis à S3 Caceis, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente.

Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

**I) Plano de Benefícios a Funcionários**  
Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pela S3 Caceis de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos

**Planos de Contribuição Definida**  
Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual a S3 Caceis como entidade patrocinadora paga contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não pensar ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores. As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado.

**Planos de Benefício Definido**  
Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida e estão apresentados na Nota 20. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado.

A S3 Caceis aplica o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) que estabelece fundamentalmente, o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta destacada do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação patrimonial).

**Principais Definições**  
- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados;

- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano;

- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados;

- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais;

- Custo do serviço corrente, é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente; e

- O custo do serviço passado, é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria e despesas com pessoal.

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

**J) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)**  
O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sobre as receitas da atividade ou objeto principal da empresa. Para as instituições financeiras é permitida a dedução das despesas de captação na determinação da base de cálculo. As despesas de PIS e Cofins são registradas em despesas tributárias. Para empresas não financeiras as IRPJ são a 1,65%, para o PIS e 7,6% para a Cofins.

**K) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido**  
O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e/ou a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação com base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 7.a, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

**l) Redução ao Valor Recuperável de Ativos**  
Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao fim de cada período de reporte, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso.

**m) Estimativas Contábeis**  
As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das demonstrações financeiras são revisadas pelo menos semestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo período quando comparados com os montantes reais, tais como: provisão para contingências, valor recuperável dos ativos e a realização dos créditos tributários. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

**n) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes**  
Conforme Resolução BCB nº 2/2020, resultado não recorrente do exercício é aquele que:  
I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e  
II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na Nota Explicativa 22.

**o) Juros sobre Capital Próprio**  
Os Juros sobre Capital Próprio são reconhecidos no passivo a partir do momento que sejam declarados ou propostos, conforme Resolução CMN nº 4.872/20.

**p) Receitas de Prestação de Serviços**  
As receitas com prestação de serviços incluem os benefícios econômicos originários das principais atividades de administração fiduciária, custódia de títulos e valores mobiliários e outros serviços de acordo com a competência de cada contrato de prestação de serviço. Para o reconhecimento destas receitas, a S3 Caceis aplica o modelo de 5 passos atendendo o CPC 47, conforme determinado pela Resolução CMN nº 4.924/2021: I) Identificar o(s) contrato(s) com um cliente; II) Identificar as obrigações de desempenho; III) Determinar o preço da transação; IV) Alocar o preço de transação às obrigações de desempenho no contrato; e V) Reconhecer a receita quando, ou à medida que, a entidade satisfazer uma obrigação de desempenho.

**4. Caixa e Equivalentes de Caixa**

	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2022	31/12/2021
<b>Disponibilidades</b>	957	379	582	562
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	470.604	131.222	166.000	221.900
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	470.604	131.222	166.000	221.900
<b>Total</b>	<b>471.561</b>	<b>131.601</b>	<b>166.582</b>	<b>222.462</b>

As informações relativas a 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro 2021 são demonstradas para informar a composição dos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa apresentados na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

**5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez**

	30/06/2023		31/12/2022	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Total	Total
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	470.604	413.306	883.910	765.698
<b>Total</b>	<b>470.604</b>	<b>413.306</b>	<b>883.910</b>	<b>765.698</b>

**6. Títulos e Valores Mobiliários**

	30/06/2023		31/12/2022		Abertura por Vencimento	30/06/2023
--	------------	--	------------	--	-------------------------	------------

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	30/06/2023	31/12/2022
<b>8. Outros Ativos</b>		
Administração de Fundos de Investimentos	24.158	23.193
Custódia de Títulos e Valores Mobiliários	10.918	11.084
Outras Rendas a Receber	2.484	2.921
(-) Provisões para Perdas	(1.531)	(1.115)
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Fiscais	2.156	2.782
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	529	1.144
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	4.162	4.425
Adiantamentos e Antecipações Salariais	1.549	289
Plano de Benefícios a Funcionários	2.031	1.749
Valores a Receber - Taxa de Registro Fundos de Investimentos	2.614	2.463
Devedores Diversos - País	197	284
Despesas Antecipadas	3.014	981
Outros	160	180
<b>Total</b>	<b>52.441</b>	<b>50.380</b>
<b>Circulante</b>	<b>44.623</b>	<b>38.766</b>
<b>Não-Circulante</b>	<b>7.818</b>	<b>11.614</b>

	30/06/2023		31/12/2022	
	Custo	Depreciação Residual	Custo	Depreciação Residual
<b>9. Imobilizado de Uso</b>				
<b>Outras Imobilizações de Uso</b>				
Sistemas de Processamento de Dados	202	(202)	202	(201)
Móveis e Equipamentos de Uso	1.065	(636)	429	1.065
Beneficentários em Imóveis de Terceiros	356	(209)	147	355
<b>Total</b>	<b>1.623</b>	<b>(1.047)</b>	<b>576</b>	<b>1.622</b>

	30/06/2023		31/12/2022		
	Vida Útil (em anos)	Amor-tização	Total	Amor-tização	Total
<b>10. Intangível</b>					
<b>a) Composição</b>					
<b>Ágio na Aquisição de Direitos de Uso de Negócio</b>	10	323.055 (253.060)	69.995	323.055 (236.907)	86.148
<b>Outros Ativos Intangíveis</b>	Até 5	204.879 (53.142)	151.737	194.324 (46.636)	147.688

	30/06/2023		31/12/2022			
	Custo	Amor-tização	Total	Custo	Amor-tização	Total
<b>11. Outros Passivos Financeiros</b>						
<b>a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração</b>						
Clientes vinculados a Fundos de Investimentos	22	253.337 (90.203)	163.134	253.337 (84.446)	168.891	
Clientes vinculados à Rede Comercial do Banco Santander	27	84.758 (24.590)	60.168	84.758 (23.021)	61.737	
Outros Clientes	10	105.527 (82.663)	22.864	105.527 (77.386)	28.141	
<b>Total</b>	<b>971.556</b>	<b>(603.658)</b>	<b>467.898</b>	<b>961.001</b>	<b>(468.396)</b>	<b>492.605</b>

	01/01 a 30/06/2023		01/01 a 30/06/2022			
	Custo	Amortização	Total	Custo	Amortização	Total
<b>12. Outros Passivos</b>						
<b>Saldo no início do exercício</b>	961.001	(468.396)	492.605	921.875	(398.991)	522.884
Adição	10.582	-	10.582	30.113	-	30.113
Baixa	(27)	(27)	-	-	-	-
Amortização	-	(35.262)	(35.262)	-	(34.146)	(34.146)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>971.556</b>	<b>(503.658)</b>	<b>467.898</b>	<b>951.988</b>	<b>(433.137)</b>	<b>518.851</b>

	30/06/2023	31/12/2022
<b>13. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes</b>		
<b>a) Ativos Contingentes</b>		
Credores - Conta Liquidações Pendentes	133.161	116.621
<b>Total</b>	<b>133.161</b>	<b>116.621</b>
<b>Circulante</b>	<b>133.161</b>	<b>116.621</b>

	30/06/2023	31/12/2022
<b>14. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes</b>		
<b>a) Ativos Contingentes</b>		
Credores - Conta Liquidações Pendentes	133.161	116.621
<b>Total</b>	<b>133.161</b>	<b>116.621</b>
<b>Circulante</b>	<b>133.161</b>	<b>116.621</b>

	01/01 a 30/06/2023		01/01 a 30/06/2022			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
<b>15. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes</b>						
<b>a) Ativos Contingentes</b>						
Saldo Inicial	3.974	7.294	821	3.247	6.060	890
Constituição Líquida de Reversão (19A)	(966)	868	(117)	130	134	114
Atualização Monetária	49	230	1	127	139	-
Baixas por Pagamentos	-	(193)	(60)	-	(13)	-
Outros	32	(310)	46	37	150	-
<b>Saldo Final</b>	<b>3.089</b>	<b>7.889</b>	<b>691</b>	<b>3.541</b>	<b>6.470</b>	<b>1.004</b>

(1) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras receitas e despesas operacionais e IR e CSLL.

(2) Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão de contingência e não contemplam os depósitos em garantia, relativos às contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.

(3) Em 2023, inclui a reversão da provisão para processos de PIS e COFINS referentes ao questionamento da Lei nº 9.718/98.

(4) Provisões, Passivos Contingentes e Outras Provisões

A S3 Caceis é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda das ações da S3 Caceis, com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. A S3 Caceis tem como procedimento provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação está classificada como perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

Os principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações legais, fiscais e previdenciárias, estão descritos a seguir:

**PIS e Cofins** - A S3 Caceis ajuizou medida judicial visando afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e da Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas, que antes da referida norma, eram tributadas pelo PIS e Cofins apenas as receitas de prestação de serviços e vendas de mercadorias.

Em 2023, o STF decidiu o Tema 372 por meio de Repercussão Geral, e acolheu parcialmente o recurso da União Federal fixando a tese de que incide o PIS/COFINS sobre as receitas operacionais decorrentes das atividades típicas das instituições financeiras, de forma a terem sido constituídas as respectivas obrigações de PIS e COFINS. Em 30 de junho de 2023, o montante envolvido é de R\$3.764 - (31/12/2022 - R\$1.087) - Vide nota 7.b.

**Desmutualização de Ações** - R\$455 (31/12/2022 - R\$446), visa a não incidência do IRPJ e da CSLL dos valores correspondentes à atualização dos títulos patrimoniais convertidos em ações, visto que não representa acréscimo patrimonial, mas de mera permuta.

**d) Passivos Contingentes Classificados com Risco de Perda Possível**  
São processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente. As ações com classificação de perda possível, totalizaram em R\$30.185 milhões em 30 de junho de 2023, sendo, principalmente:

**Cofins** - Discussão judicial para anular auto de infração lavrado pela Receita Federal, pretendendo a exigência de PIS e Cofins sobre receitas que não decorrem da atividade preponderante da empresa, contrariando assim o novo texto legal trazido pela Lei Federal nº 12.973/2014. Em 30 de junho de 2022, o valor relacionado a esse processo era de aproximadamente R\$2.754 milhões.

**14. Patrimônio Líquido**

**a) Capital Social**  
Em 30 de junho de 2023 e 31 dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado é composto por 1.740 mil ações ordinárias nominativas escriturais sem valor nominal.

**b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio**  
Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 1% sobre o lucro líquido ajustado na forma da legislação em vigor. A distribuição dos dividendos está sujeita à deliberação em Assembleia Geral de Acionistas.

Em 30 de junho de 2023, não houve deliberação e pagamento de Juros sobre o Capital o Próprio.

**c) Reservas de Lucros**  
O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

**Reserva Legal**  
De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

**Reservas Estatutárias**  
Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, foram destinados 50% para reforço de capital de giro e 50% para equalização de dividendos com a finalidade de garantir os meios financeiros para as operações da S3 Caceis e a continuidade da distribuição de dividendos, podendo ser utilizadas para futuros aumentos de capital. Ambas reservas, juntamente com a reserva legal, estão limitadas a 100% do capital social.

**15. Partes Relacionadas**

**a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração**  
Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) da S3 Caceis realizada em 28 de abril de 2023, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos membros da Diretoria para o ano de 2023, em até R\$ 18.000.

**i. Benefícios de Longo Prazo**  
A S3 Caceis, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas no mundo do Grupo Santander e Grupo Caceis, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base no atingimento de metas.

**ii. Benefícios de Curto Prazo**  
A tabela a seguir demonstra os salários e honorários dos Administradores:

	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022
Remuneração Fixa	2.293	2.252
Remuneração Variável - em espécie	759	972
Remuneração Variável - em ações	733	993
Outras	127	161
<b>Total dos Benefícios de Curto Prazo</b>	<b>3.912</b>	<b>4.378</b>

**Total dos Benefícios de Longo Prazo**  
Adicionalmente, em 30 de junho de 2023, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da Administração no montante de R\$699 (30/06/2022 - R\$687).

**iii. Rescisão de Contrato**  
A extinção da relação de trabalho com os administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

**b) Participação Acionária**  
A S3 Caceis é controlada pela S3 Caceis Participações que possui participação acionária de 1.740 mil ações, equivalentes a 100,00% do seu capital social.

**c) Transações com Partes Relacionadas**  
As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutabilidade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos são, conforme segue:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	30/06/2023	31/12/2022	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022
<b>Disponibilidades</b>	<b>957</b>	<b>379</b>	-	-
Banco Santander (Brasil) S.A. (1)	957	379	-	-
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	<b>380.318</b>	<b>565.239</b>	<b>38.641</b>	<b>36.829</b>
Banco Santander (Brasil) S.A. (1)	380.318	565.239	38.641	36.829
<b>Valores a Receber de Sociedades Ligadas</b>	<b>10.845</b>	<b>10.699</b>	<b>39.038</b>	<b>12.200</b>
Banco Santander (Brasil) S.A. (1)	10.845	10.699	39.030	12.200
Banco Santander (Espanha) S.A.	-	-	8	-
<b>Valores a Pagar de Sociedades Ligadas</b>	<b>(8.132)</b>	<b>(2.580)</b>	<b>(8.568)</b>	<b>(8.305)</b>
Banco Santander (Brasil) S.A. (1)	-	-	(2.884)	(2.795)
Aquanima Brasil Ltda. (2)	-	-	(115)	(121)
Universia Brasil S.A. (3)	-	-	(17)	(29)
FIRST Tecnologia e Inovação Ltda. (2)	(8.132)	(2.580)	(5.552)	(5.359)
<b>Outras Obrigações Diversas</b>	<b>(9.162)</b>	<b>(9.880)</b>	<b>(5.371)</b>	<b>(18.226)</b>
Pessoal Chave da Administração	-	-	(5.371)	(6.076)
Banco Santander (Espanha) S.A.	(9.090)	(9.090)	-	(12.150)
Banco Santander (México), S.A.	(72)	(790)	-	-

(1) Controlada diretamente pelo Banco Santander Espanha.  
(2) Controlada indiretamente pelo Banco Santander Espanha.

	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022
<b>16. Receitas de Prestações de Serviços</b>		
Rendas de Administração de Fundos de Investimentos	139.658	129.732
Rendas de Serviços de Custódia	53.400	51.880
Outras Rendas de Serviços	14.880	18.267
<b>Total</b>	<b>207.938</b>	<b>199.879</b>

	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022
<b>17. Despesas de Pessoal</b>		
Remuneração	22.011	17.999
Encargos	6.177	5.403
Benefícios	5.096	3.720
Treinamento	141	128
Outras	394	341
<b>Total</b>	<b>33.819</b>	<b>27.591</b>

	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022
<b>18. Outras Despesas Administrativas</b>		
Depreciações e Amortizações	35.350	34.240
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	9.397	7.608
Serviços do Sistema Financeiro	1.944	1.338
Processamento de Dados	24.684	17.851
Convênio Operacional - Banco Santander (Nota 15.c)	2.884	2.795
Transporte e Viagens	739	255
Comunicações	776	903
Despesas com Seguros	267	519
Despesas com Auditoria e Guarda de Lastros	-	56
Outras	410	803
<b>Total</b>	<b>76.451</b>	<b>66.368</b>

	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022
<b>19. Outras Receitas Operacionais</b>		
Reversão Provisão PIS e COFINS - Lei nº 9.718/98 (Nota 13.b) (1)	1.087	-
Reversão de Provisões Operacionais - Cíveis (Nota 13.b)	117	-
Reversão de Provisões Operacionais - Outras	2.883	-
Atualização de Depósitos Judiciais	120	48
Atualização de Impostos a Compensar	506	73
Recuperação de Encargos e Despesas	-	384
Outras	84	286
<b>Total</b>	<b>4.797</b>	<b>771</b>

	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022
<b>20. Outras Despesas Operacionais</b>		
Provisões Operacionais	120	130
Fiscais (Nota 13.b)	-	113
Cíveis (Nota 13.b)	869	134
Trabalhistas (Nota 13.b)	280	266
Atualização Monetária (Nota 13.b)	3.764	-
Obrigações de PIS e COFINS (1)	860	901
Despesas com Auditoria e Guarda de Lastros	323	230
Certificado de Serviços de Custódia	312	953
Comissões	2.841	2.892
Outros	1.921	2.193
<b>Total</b>	<b>11.290</b>	<b>7.812</b>

(1) Constituição da obrigação de PIS e COFINS (Lei nº 9.178/98).

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Acionistas

**S3 Caceis Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (anteriormente denominada Santander Caceis DTVM S.A.)**

**Opinião**  
Examinamos as demonstrações financeiras da S3 Caceis Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Instituição"), anteriormente denominada Santander Caceis Brasil DTVM S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da S3 Caceis Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

**Base para opinião**  
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**